



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em. 14/08/12  
DMS 12079  
Assessoria de Plenário

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº (Do Sr. Deputado Chico Vigilante)

PBL 147 /2012

**Concede o título de *Cidadã Honorária de Brasília* à Ministra Eliana Calmon Alves, Corregedora Nacional de Justiça.**

#### A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica concedido o título de Cidadã Honorária de Brasília à Ministra Eliana Calmon Alves, Corregedora Nacional de Justiça.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Legislativo nº 1.555/2008.

#### JUSTIFICATIVA

Imbuídos do sentimento de admiração, respeito e gratidão propomos homenagem a essa mulher, cuja coragem e força moral servem de exemplo a nós, cidadãos, e destacam o nome de Brasília mundo afora. Admiração pela sua trajetória profissional, respeito pelas suas opiniões lúcidas e fortes, muitas vezes deturpadas pelos conformados e poderosos, gratidão por não esmorecer na luta pela construção de um país fraterno, justo e solidário.

Escorpiana, Eliana Calmon Alves nasceu em 5 de novembro de 1944, no berço do imortal Castro Alves e do inesquecível Rui Barbosa. Do bacharelado em Direito pela Universidade Federal da Bahia à magistratura, cuja toga usou durante 32 anos, o senso crítico e a consciência da dura realidade sempre a guiaram. No magistério, aprofundou sua capacidade de reflexão e crítica, pois para ser mestre é preciso, além de conhecimento, ter vontade de transformar a realidade em que se vive. Sua luta e dedicação pela justiça culminaram no enfrentamento do maior desafio de sua vida profissional – assumir a função de Corregedora Nacional da Justiça, no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, num país acostumado à “família, tradição e propriedade”.

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 147 /2012  
Fis. Nº 01 RITA

m

RITA

Sentiu-se pronta a deixar a atividade judicante e assumir a função de fiscalizar a distribuição da justiça e o andamento dos serviços forenses, funções estatais reconhecidamente divorciadas dos mandamentos constitucionais, pela morosidade, altos custos e ineficiência.

Ela encara o desafio num momento em que a sociedade brasileira clama e está pronta para a transformação. Com a criação do CNJ, pela primeira vez em dois séculos, a Justiça brasileira foi avaliada em números e em custo. "Pela primeira vez, foram feitos diagnósticos oficiais do funcionamento da prestação jurisdicional, dos serviços cartorários. Pela primeira vez, veio a conhecimento de todos, até dos próprios protagonistas da função judicante, o resultado de uma Justiça cara, confusa, lenta e ineficiente", como destacou, certa vez, a corregedora nacional de justiça, defendendo o trabalho do CNJ.

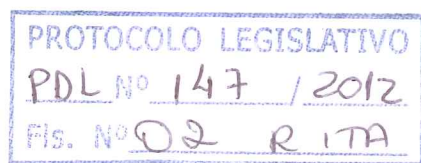
O desafio do Conselho não é fácil: "corrigir os rumos, implantar práticas administrativas modernas, desalojar os vilões do Poder e, principalmente, mudar os usos e costumes de um Judiciário desenvolvido à sombra de uma sociedade elitista, patrimonialista, desigual e individualista". Meta arrojada que busca implacavelmente, sem se curvar às pressões naturais daqueles que se acham acima da lei.

Magistrada de carreira que se orgulha de ser uma crítica severa do Judiciário, primeira mulher a ocupar uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon Alves sempre teve uma rotina pesada. Quando estava no STJ, acordava às cinco, às cinco e meia estava na academia de ginástica. Voltava para casa, tomava o café da manhã e às nove começava a trabalhar no gabinete em casa. Meio-dia, ia para o STJ, ficava das 14 às 20 horas, e ainda levava trabalho para casa.

Mais tarde, preparou-se para ser corregedora com um único pensamento, que o povo brasileiro pedia: tentar acelerar o processo de mudança dentro do Poder Judiciário para que a justiça fosse efetiva. Fiscalizando e incentivando o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, modernizando as gestões embaraçadas por problemas locais ou circunstanciais e, também, combatendo a corrupção que, por menor que se apresente, também chegou à Justiça.

Dona de uma fala sem eufemismos, as polêmicas foram muitas, indicando, pela repercussão veemente, que estava no caminho certo. Ela assistia a serpente a nascer. Muitos se assustariam, ela não. Hoje, ao seu lado nessa luta, a Doutora Eliana Calmon já tem a opinião pública brasileira, cidadãos de bem em contato frequente nas redes sociais poderosas, assim como significativa parte do Judiciário que a apóia e reconhece o importante papel do Conselho Nacional de Justiça, na empreitada de modernizar e moralizar o poder e colocá-lo a serviço da cidadania, da ética, da transparência e da verdadeira justiça.

A exclusão social e a ética na arte de governar e conviver em sociedade há muito são objeto de reflexão para essa mulher que rompeu as amarras de seu tempo e ousou caminhar com pés firmes nesse mundo novo. Para ela, o mundo exige transparência, sinceridade e competência, exige o estabelecimento de relações verdadeiras que trabalhem com as desigualdades efetivas para que, sem subterfúgios, possamos tratar desigualmente os desiguais através das ações afirmativas.



Torna-se imprescindível mudar, ela afirma. Mas quais os parâmetros para a mudança, ela se perguntou. Quais as regras a seguir? Como conciliar o presente que surge com o passado que nos compromete, pensou. Coerente, essa mulher corajosa aceitou o desafio, executando a difícil missão que lhe rendeu muita oposição, especialmente por parte daqueles membros do Poder que ainda não se estruturou nos moldes exigidos pela pós-modernidade.

Uma certa vez, ela conclamou sua geração – “os ativistas da era de Aquário” – que hoje formam uma maioria silenciosa e acomodada, a unirem-se à juventude que já nasceu sob a égide do pluralismo, a fim de que pudéssemos, juntos, contaminados pelo vírus da cibernética, construir um mundo harmonioso, justo, sem a exclusão social e a pobreza que ainda obstam o acesso de qualidade à Justiça.

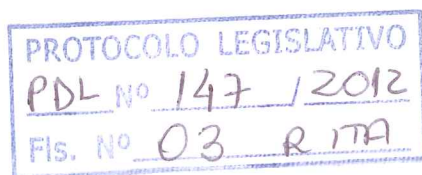
Graças a sua ousadia e coragem, a maioria dos brasileiros teve suas esperanças revividas e renovadas, ao ouvi-la em inúmeras oportunidades chamando as coisas como elas são, sem floreios, sem verbosagem jurídica, sem pose. Plantada na sua conduta moral, disse, certa vez, que “nós, magistrados, temos tendência a ficar prepotentes e vaidosos. Isso faz com que o juiz se ache um super-homem decidindo a vida alheia. Nossa roupa tem renda, botão, cinturão, fivela, uma mangona, uma camisa por dentro com gola de ponta virada. Não pode. Essas togas, essas vestes talares, essa prática de entrar em fila indiana, tudo isso faz com que a gente fique cada vez mais inflado. Precisamos ter cuidado para ter práticas de humildade dentro do Judiciário. É preciso acabar com essa doença que é a *juizite*”.

Consciente da necessidade de mudança, reconhece que o Judiciário não atende as demandas e expectativas do povo em função da demora e da qualidade, daí a imagem que tem o Judiciário entre os jurisdicionados. Sua luta é para que o Judiciário reconheça esta realidade, assuma os seus próprios erros, do presente e do passado e se esforce institucionalmente para reverter essa realidade.

Entende que o Conselho Nacional de Justiça, conforme quis a Constituição Federal, dentro dos seus objetivos macros, procurou responsabilizar o Poder Judiciário pela sua gestão, ao tempo em que também buscou democratizar internamente o Poder bastante verticalizado, instituindo o planejamento estratégico, a base para se obter a reformulação dos quadros de pessoal, controle administrativo, transparência e publicidade, com ações de planejamento, coordenação e controle administrativos.

Está na Corregedoria há quase dois anos e conquistando vitórias. Aos poucos tem firmado parcerias com Tribunais que no passado tinham administração problemática e agora estão conseguindo realizar os projetos, de acordo com as metas traçadas pelo CNJ.

Em um país como o Brasil que durante quatro séculos foi patriarcal, agrário, patrimonialista e de forte exclusão social é natural que se tenha criado uma desigualdade tal que sequer a Justiça consiga vencer. Por enquanto, acredita ela. Presenciamos “uma fantástica evolução da sociedade brasileira. Neste terceiro milênio a ordem é transparência e publicidade do passado para bem compreendermos o presente e do presente, para podermos administrar o nosso futuro. Não se constrói uma nação com segredos e subterfúgios”.



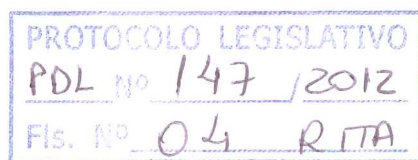
Pela dimensão da personalidade aqui destacada, solicitamos o apoio dos membros desta Casa, para aprovar a homenagem de Brasília à Doutora Eliana Calmon Alves, cujo currículo resumido se encontra em anexo.

Sala das Sessões, em                      de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO CHICO VIGILANTE

  
DEPUTADO WASNY DE ROURE

  
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO



PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 147 / 2012  
Fis. Nº 05 RITA

---

# CURRICULUM

---

Eliana Calmon Alves

Brasília-DF, setembro de 2010.

## *CURRICULUM VITAE*

- Sinopse -

Eliana Calmon Alves nasceu na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em 1968, e na mesma faculdade, tornou-se especialista em Processo, em 1982.

Exerceu advocacia liberal e ingressou no magistério superior, por concurso, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

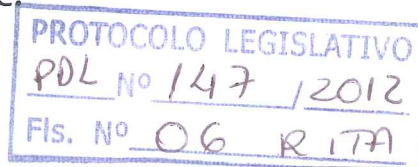
Integrou os quadros do Ministério Público Federal, como Procuradora da República em Pernambuco e da Subprocuradoria-Geral da República no Distrito Federal, de 1974 a 1979.

No MPF integrou a Comissão Estadual de Entorpecentes, de 1975 a 1976, e secretariou o Concurso para Procurador da República, desvinculando-se dos quadros da instituição em 1979, quando foi aprovada no Concurso de Juiz Federal.

Como Juíza, permaneceu na Bahia por dez anos de 1979 a 1989, tendo sido representante da Justiça Federal no Tribunal Regional Eleitoral, de 1983 a 1985, e diretora do foro, nos períodos de 1984 a 1986 e 1988 a 1989, até ser promovida, por merecimento, para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em 1989.

No TRF, integrou a comissão encarregada de elaborar o Regimento Interno da Corte, compôs a Comissão de Instalação da Seção Judiciária do Estado do Amapá; participou, em 1991, como examinadora do Primeiro Concurso para Juiz Federal Substituto da Primeira Região; e criou, em 1992, o Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais da Primeira Região, coordenando-o até março de 1997. Foi eleita representante do TRF da 1ª Região junto ao Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em 1993. Presidiu a Comissão de Jurisprudência da mesma Corte, de 1995 a 1997, sendo de sua criação a publicação mensal para Juízes da Primeira Região intitulada Sumário Legislativo.

Em julho de 1999, foi promovida para o Superior Tribunal de Justiça, passando a integrar a Segunda Turma, a Primeira Seção e a Corte Especial. Integra, ainda, a Comissão de Jurisprudência e o Conselho de Administração da Corte.



Como professora de Direito Civil e Direito Processual Civil, lecionou nas seguintes instituições: Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – 1972 a 1974; Faculdade de Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) – 1977 a 1979; Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador, de 1982 a 1989; e Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, de 1987 a 1988.

Integrou a Diretoria da Escola Nacional de Magistratura de abril de 1998 a fevereiro de 2000, compondo o quadro de professores do Instituto Brasileiro de Processo Civil.

Realizou diversos cursos no exterior, destacando-se os seguintes: *Administracion of Justice for Judges from Brazil*, ministrado pelo Centro Judicial Federal em Washington, Estados Unidos, em 1995; *Environmental and Natural Resources*, realizado na *Law or Lewis and Clark College*, em Portland, Estados Unidos, em maio de 1997.

Em novembro de 1997, por indicação da Escola Nacional de Magistratura, integrou o primeiro grupo de magistrados brasileiros participantes do *Curso para Formadores de Magistrados*, ministrado no Centro de Estudos Judiciários de Lisboa, Portugal.

Em 1998, na Universidade de Auckland, Nova Zelândia, participou do *Course on New Zealand Law*.

Em setembro de 1998, participou, como observadora da Justiça Federal, do Encontro da União Internacional de Magistrados - UIM, na cidade do Porto, Portugal.

Integrando comitiva da Escola Nacional da Magistratura, esteve como observadora oficial na Escola de Magistratura Espanhola, em Barcelona e Madri, em setembro de 1998.

Em janeiro de 2005, foi designada para coordenar a comissão de instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Participa, como Coordenadora Científica, do Comitê da América Latina para Revisão das Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Presos, da Fundação Internacional Penal e Penitenciária com sede em Berna-Suíça, constituído pela Resolução n. 01 de 10/5/2007.

Em março de 2008, passou a integrar o Conselho da Justiça Federal como Conselheira.

Em setembro de 2010 tomou posse como Corregedora Nacional de Justiça.

Recebeu prêmios, dentre os quais: Diploma de Mulher Destaque 95, conferido pelo Clube Internacional Soroptimista de Brasília, área de

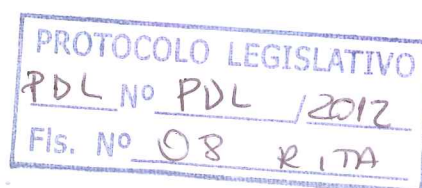


Direitos Humanos; Diploma Personalidade 98, conferido pela Revista CIT (Comércio/Indústria/Turismo), Salvador-BA. nov./1998; Prêmio “Mulher mais influente no ano 2005”, no segmento jurídico, promovido pela Revista Forbes; Prêmio “Mulher do Ano – 2006”, promovido pela International Women’s Club da Bahia; Título de “Presidente de Honra da Área Processual Civil”, conferido em 2007 pela ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Brasília/DF; e Diversas Medalhas Militares e Títulos de Cidadania.

Tem diversos trabalhos publicados sobre temas de Direito Público, sendo, ainda, co-autora do **Código Tributário Comentado**, da Editora Revista dos Tribunais, além de várias palestras, medalhas, condecorações e homenagens, cujos dados fazem parte do currículo analítico.

Brasília, maio de 2011.

**ELIANA CALMON ALVES**





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

**Parâmetros de Pesquisa**

**Tipo de Proposição** : PDL - Projeto de Decreto Legislativo  
**Ano** : 1991 a 2012  
**Palavra-Chave** : ELIANA CALMON  
**Data** : 16/08/12 10:07:37  
**Proposições Encontradas** : 1      **Tela** : 1/1

1  : **PDL-211/2008** **Situação** : Promulgado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 26/08/08

**Norma** : DL 1555/2008

**Ementa** : CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE BRASÍLIA A EXCELENTÍSSIMA SENHORA ELIANA CALMON ALVES, MINISTRA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

**Indexação** :

**Autoria** : BRUNELLI

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, ao SACP para conhecimento e providências protocolares informando que a matéria tramitará em análises de mérito e admissibilidade na CAS e CCJ.

Em, 16/08/2012

**ITAMAR PINHEIRO LIMA**  
Chefe da Assessoria  
Mat.10.694

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PDL Nº 147 / 2012
Fis. Nº 09 RMA